

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO*

Por Plínio de Abreu Ramos e Marcelo Costa

Na Presidência da República

Em 19 de janeiro, já com o país livre do AI-5, o presidente eleito anunciou a composição de sua equipe de governo: Justiça, senador Petrônio Portela; Marinha, almirante Maximiano da Fonseca; Exército, general Válter Pires; Relações Exteriores, embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro; Fazenda, Carlos Rischbieter; Transportes, Eliseu Resende; Agricultura, Antônio Delfim Neto; Educação e Cultura, Eduardo Portela; Trabalho, Murilo Macedo; Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos; Saúde, Mário Augusto de Castro Lima; Indústria e Comércio, João Camilo Pena; Minas e Energia, César Cals; Interior, Mário Andreazza; Comunicações, Haroldo Correia de Matos; Previdência e Assistência Social, Jair Soares; Gabinete Militar, general Danilo Venturini; Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva; Serviço Nacional de Informações, general Otávio Medeiros, e Secretaria de Planejamento, Mário Henrique Simonsen.

Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1979 perante o Congresso, reafirmando seu propósito de “fazer desse país uma democracia”.

Política Interna

Desde o início, o novo governo deixou clara sua intenção de conduzir a abertura em um ritmo compatível com a segurança do regime. Das tensões decorrentes da aplicação dessa política e das dificuldades crescentes na área econômica resultaram, desde logo, modificações nos quadros de primeiro e segundo escalões da administração federal. Em julho de 1979, foi criado o Ministério Extraordinário para a Desburocratização, chefiado por Hélio Beltrão, com o objetivo de descongestionar os canais da máquina governamental para favorecer o cidadão comum e as classes empresariais, cujos negócios freqüentemente ficavam na dependência de tramitações complexas e demoradas no âmbito do aparato estatal.

A primeira demissão no governo atingiu em 10 de agosto de 1979 o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, Mário Henrique Simonsen, fato interpretado pela imprensa como decorrente de desencontros com seu colega da Agricultura, Antônio Delfim Neto, que passou a ocupar seu lugar. Para esta última pasta, foi nomeado Amauri Stábile.

Em 28 de agosto, Figueiredo sancionou a Lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1. O benefício atingiu estudantes, professores e cientistas afastados das instituições de ensino e pesquisa nos anos anteriores, mas o reaproveitamento de servidores civis e militares ficou subordinado à decisão de comissões especiais criadas no âmbito dos respectivos ministérios para estudar cada caso. Outra restrição dizia respeito às pessoas condenadas pelos chamados “crimes de sangue”, atos terroristas cometidos no período em que grupos de esquerda usaram a luta armada para combater o regime militar. Segundo o Superior Tribunal Militar (STM), havia então 52 presos políticos, dos quais 17 foram imediatamente libertados e 35 permaneceram à espera de uma análise mais demorada dos seus processos. Entre presos, cassados, banidos, exilados ou simplesmente destituídos dos seus empregos, a Lei de Anistia beneficiou 4.650 pessoas.

Em setembro, já amadurecia nos círculos governamentais o projeto de extinção do bipartidarismo, concebido, segundo se afirmava, por Golbery com o objetivo de evitar o

caráter plebiscitário das eleições e impedir que o governo ficasse em posição difícil no colégio eleitoral que elegeria o próximo presidente da República. A reformulação partidária, no entendimento do governo, desaconselhava a realização de eleições municipais em novembro de 1980. O próprio presidente chegou a declarar que a prorrogação, por mais dois anos, dos mandatos dos prefeitos e vereadores seria *“uma consequência natural das reformas político-partidárias em curso”*. As bancadas do MDB na Câmara e no Senado fizeram cerrada oposição à medida, levando o governo a apressar a elaboração da nova Lei Orgânica dos Partidos, cujo texto foi entregue em outubro ao presidente por Petrônio Portela. Prevvia-se a extinção da Arena e do MDB, a manutenção da sublegenda apenas em nível municipal e a permissão das coligações, tidas como normais e imprescindíveis no sistema pluripartidário.

Sete dias depois, em 17 de outubro de 1979, Figueiredo enviou mensagem ao Congresso propondo a extinção da Arena e do MDB e a formação, em 18 meses, de novos partidos, que deveriam montar diretórios em, pelo menos, 1/5 dos municípios de nove estados. A mensagem colocou o governo sob fogo implacável do MDB, que lutou desesperadamente contra sua extinção, embora alguns políticos, tanto governistas quanto oposicionistas, cujas afinidades eram marcadas pela prudência e pela moderação, comesçassem a confabular sobre a hipótese de uma terceira agremiação, que, não sendo eminentemente situacionista, não seria também radicalmente contestadora.

Com a extinção do bipartidarismo, aprovada em novembro, as novas forças políticas começaram a constituir-se. A maior parte dos antigos emedebistas filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sob a presidência do deputado paulista Ulysses Guimarães. Dissidentes da antiga Arena, com o senador emedebista Tancredo Neves, criaram o Partido Popular (PP), que tinha como presidente de honra o senador arenista Magalhães Pinto. O líder sindicalista Luís Inácio da Silva, o Lula, com o apoio de intelectuais, grupos socialistas e de algumas correntes ligadas às comunidades eclesiais de base, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT). A ex-Arena, acrescida de políticos oriundos do antigo MDB, passou a chamar-se Partido Democrático Social (PDS), presidido pelo senador José Sarney. Dois grupos, liderados pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola e pela ex-deputada Ivete Vargas, disputavam a sigla do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em maio de 1980, favoreceu Ivete, levando Brizola a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), completando assim o espectro partidário que se manteria até fevereiro de 1982.

Em 1981, o terrorismo voltou a tentar comprometer a continuidade do projeto de abertura política. Duas bombas explodiram na noite de 30 de abril no Riocentro, na Barra da Tijuca, onde o Centro Brasil Democrático (Cebrade) promovia um *show* de música popular em comemoração ao Dia do Trabalho, com a presença de cerca de 20 mil pessoas. Uma das explosões ocorreu num carro particular que manobrava no estacionamento, matando um dos ocupantes, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, e ferindo gravemente o motorista, capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do CODI do I Exército.

A crise subsequente chegou a ameaçar a estabilidade do governo e foi solucionada à base de mútuas concessões. Em compensação, não ocorreu a partir daí outro atentado terrorista significativo. Essa solução, entretanto, não agradou a todos os membros do governo. Em 6 de agosto, alegando “divergências irreconciliáveis”, Golbery pediu demissão da chefia do Gabinete Civil, que exercia desde o início do governo Geisel e que o projetava como principal articulador do processo de distensão política. Para explicar essa atitude, a imprensa mencionou sua divergência em relação ao resultado do inquérito sobre o atentado do Riocentro e sua discordância quanto aos aumentos dos descontos salariais em favor da Previdência, solução adotada pelo governo para cobrir os déficits do sistema. Golbery foi substituído por Leitão de Abreu, que exercera o cargo no governo Médici.

A tensão vivida por Figueiredo nesse período se refletiu em seu estado de saúde. Em 18 de setembro, no Rio, foi atingido por um distúrbio cardíaco que forçou sua internação no Hospital dos Servidores do Estado. No dia seguinte, seus médicos impuseram-lhe um repouso estimado em oito semanas, forçando a transferência temporária do governo, no dia 23, para o vice Aureliano Chaves. Figueiredo regressou a Brasília em 14 de outubro e, três dias depois, embarcou para Cleveland, nos Estados Unidos, onde pretendia submeter-se a uma intervenção cirúrgica, julgada afinal desnecessária pelos médicos americanos.

Regressou ao Brasil em 23 de outubro e, em 12 de novembro, reassumiu o governo. Nesse período, o Congresso, contrariando as expectativas da liderança do PDS, conseguiu derrubar o instituto da sublegenda para as eleições aos governos estaduais. Com o regresso do presidente, o comando pedessista resolveu reviver a questão para tentar preservar os interesses eleitorais do partido. Entretanto, depois de várias reuniões do Conselho de Desenvolvimento Político, ficou decidido que não havia mais condições para voltar atrás no caso das sublegendas para governadores, mas que o governo federal deveria acionar outras formas de retaliação à oposição. Em novembro, o Congresso recebeu mensagem do Executivo estabelecendo a vinculação total de votos, segundo a qual o eleitor seria obrigado a sufragar a chapa integral de um único partido para os cargos de governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador. Qualquer discrepância — um voto sequer em candidato de outro partido — implicaria a anulação. A mesma mensagem proibiu a coligação de partidos, em qualquer nível, e determinou a elevação do território de Rondônia à categoria de estado, concedendo-lhe assim o direito de eleger três senadores e seis deputados federais.

Figueiredo sancionou a lei criando o novo estado em 22 de dezembro de 1981. Quanto aos projetos que estabeleciam a vinculação de votos e a proibição das coligações, a obstrução da oposição dificultou o quórum regimental tentado pelo PDS, razão pela qual a aprovação ocorreu em 10 de janeiro de 1982, por decurso de prazo. Em resposta, o PP iniciou um processo de incorporação ao PMDB, visando assim impedir a completa fragmentação das correntes oposicionistas. A incorporação dos dois partidos efetivou-se no mês seguinte.

Em maio, foi enviada ao Congresso proposta de emenda constitucional alterando a composição do colégio eleitoral responsável pela eleição do presidente da República, instituindo o voto distrital misto para 1986, suprimindo exigências para a formação de partidos e restituindo ao Legislativo algumas das prerrogativas que havia perdido depois de abril de 1964. Esse conjunto de medidas passou a ser conhecido como “emendão”. Pouco depois, ocorreram mais duas substituições no governo. Eliseu Resende, ministro dos Transportes, e Jair Soares, da Previdência, desincompatibilizaram-se para se candidatar aos governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul pelo PDS, sendo substituídos por Cloraldino Severo e Hélio Beltrão.

Em 25 de junho, o “emendão” foi aprovado pelo Congresso, estabelecendo as seguintes medidas: o colégio eleitoral seria constituído de todos os integrantes do Congresso, mais seis deputados de cada Assembleia Legislativa indicados pelo partido majoritário; a aprovação das emendas constitucionais passaria a depender do apoio de 2/3 da Câmara e 2/3 do Senado; o sistema distrital misto seria aplicado nas eleições de 1986 para a Câmara e assembleias legislativas; os prazos para desincompatibilização seriam reduzidos para quatro e seis meses; os prefeitos e vereadores eleitos em novembro de 1982 teriam mandato de seis anos; as câmaras dos municípios com mais de um milhão de habitantes passariam a ser compostas de 33 vereadores, em vez de 21; a eleição do próximo presidente da República seria em 15 de janeiro de 1985; os partidos não precisariam atingir nas eleições de 1982 o índice de 5% do eleitorado nacional e 3% em pelo menos nove estados. Além disso, algumas das prerrogativas do Legislativo foram restauradas. Por 2/3 dos votos dos senadores e deputados, o Congresso poderia assumir

a iniciativa de autoconvocar-se; apenas os delitos contra a honra poderiam ameaçar a inviolabilidade do mandato parlamentar, aplicando-se a Lei de Segurança Nacional somente para os crimes cometidos fora da tribuna; o número de deputados federais aumentaria de 420 para 479, estabelecendo-se que nenhum estado poderia ter mais de 55 representantes e elevando-se as bancadas dos territórios de dois para quatro parlamentares. O decurso de prazo foi igualmente aliviado. O projeto de interesse do Executivo que não fosse apreciado em 45 dias ingressaria em pauta preferencial nas cinco sessões seguintes, ao fim das quais seria aprovado por decurso de prazo.

O “emendão” determinou ainda que o número de sessões da Câmara e do Senado não seria limitado, todo pedido de informação formulado por parlamentares seria imediatamente respondido pelo Executivo, as comissões parlamentares de inquérito poderiam estender suas investigações a todo o país e os parlamentares federais que viajassem para o exterior em missão diplomática ou cultural não dependeriam mais de autorização prévia do presidente da República.

Em agosto, ocorreram novas mudanças no governo. O general Danilo Venturini saiu da chefia do Gabinete Militar para assumir o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Para seu lugar foi designado o general Rubem Ludwig, substituído na Educação e Cultura pela professora paulista Ester Figueiredo Ferraz, a primeira mulher no Brasil a ocupar o cargo de ministro.

Após a vitória de Leonel Brizola para o governo do estado do Rio de Janeiro nesse pleito, o general Euclides Figueiredo, então comandante militar da Amazônia, assim reagiu ao resultado das urnas: “Brizola é um sapo que a gente engole, digere e expele na hora certa.” O governador preferiu ignorar, diplomaticamente, a grosseria do irmão do presidente. Ao contrário do exilado da década de 1960, o Brizola pós-exílio revelava uma face conciliadora que chegou a surpreender e constranger seus companheiros de partido. Empossado, propôs a prorrogação por dois anos do mandato de Figueiredo. Segundo sua proposição, o sucessor seria eleito então pelo voto direto. A proposta foi criticada por outros líderes oposicionistas — se aprovada, beneficiaria Brizola e os demais governadores, cujos mandatos terminariam em 1987, no mesmo ano do fim da gestão alongada de Figueiredo.

Em 14 de julho de 1983 Figueiredo licenciou-se para se submeter a uma cirurgia para colocação de pontes de safena numa clínica em Cleveland, nos Estados Unidos, permanecendo 44 dias fora. Segundo a imprensa, Figueiredo teria ficado magoado com algumas atitudes do vice-presidente Aureliano Chaves — como, segundo ele, buscar vender uma falsa imagem de austeridade e contrapô-la a hábitos dispendiosos do presidente licenciado — e sobretudo com os elogios dos ministros militares à eficiência e disposição para o trabalho de seu substituto.

A partir desse período se iniciariam os debates em torno da sucessão.

A Política Trabalhista e Social

A política de distensão conduzida pelos governos Geisel e Figueiredo não modificou a estrutura sindical e a legislação trabalhista, que colocavam as entidades e os movimentos reivindicativos dos trabalhadores sob tutela e vigilância do governo. Mesmo assim, a abertura influenciou no sentido de uma retomada das atividades sindicais duramente reprimidas depois de 1964. Os sindicatos dos metalúrgicos do ABC — especialmente o de São Bernardo e Diadema — se destacaram no contexto nacional, organizando, a partir de 1978, sucessivas greves que paralisaram a indústria de ponta. Na época da posse, Figueiredo enfrentou uma greve de 160 mil metalúrgicos paulistas que resultou na intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos envolvidos. Mesmo assim, trabalhadores, patrões e governo conseguiram chegar a um acordo que incluiu a

volta das direções cassadas.

Em abril de 1980, nova greve paralisou as indústrias metalúrgicas do ABC durante mais de um mês, provocando uma escalada repressiva que levou à ocupação militar de São Bernardo, à interdição dos sindicatos e à prisão de Luís Inácio da Silva, o Lula, e mais 29 líderes sindicais, enquadrados posteriormente na Lei de Segurança Nacional. Libertados em 16 de maio, foram condenados em primeira instância a penas entre três e quatro anos de prisão, mas aguardaram em liberdade o recurso ao STM, que anulou a sentença anterior por considerar a Justiça Militar incompetente para julgar a greve.

Em 10 de dezembro de 1981, Figueiredo sancionou a lei que estendia o direito ao usucapião para quem ocupasse, com fins produtivos e por mais de cinco anos, glebas abandonadas. Cinco dias depois, três mil agricultores estabelecidos em Rondônia receberam do governo títulos de propriedade. Entretanto, o agravamento dos conflitos de terra nas regiões Norte e Nordeste levou o presidente a criar, em 18 de agosto de 1982, o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, que passou a ser conhecido como Ministério da Terra. O novo organismo passou a coordenar a ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e do Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (Geba), no sentido de solucionar conflitos entre posseiros e supostos proprietários nas áreas de maior tensão social.

Com o agravamento da crise econômica a partir de 1983, o governo passou a sofrer pressão dos trabalhadores, que, por meio de greves, como a dos petroleiros das refinarias de Paulínia (SP) e Mataripe (BA) e dos 70 mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, protestavam contra a manipulação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base dos reajustes salariais, e das seguidas mudanças da política salarial. Ao lado das reivindicações econômicas, apareceram as manifestações políticas, como a dos grevistas que pediam imediato rompimento com o FMI e a moratória internacional. As greves se alastraram pela Grande São Paulo e o governo interveio e afastou dirigentes. Na greve geral de julho de 1983, só na Grande São Paulo houve mais de 800 prisões e violência policial e o governo interveio em mais dois sindicatos, o dos bancários e o dos metroviários.

Em agosto, parte do movimento sindical se reuniu em São Bernardo do Campo, no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), decidindo pela criação e organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), oficialmente fundada nessa ocasião. A CUT reuniu, em sua fundação, cerca de quinhentas entidades sindicais, e experimentaria um considerável processo de expansão nos anos seguintes, tendo dirigido as principais campanhas instauradas pelo movimento sindical desde então.

Relações com a Igreja Católica

Os conflitos entre a Igreja Católica e o regime instituído pelo movimento de março de 1964 agravaram-se no governo Figueiredo a partir de agosto de 1980, quando se deu a aprovação do Estatuto dos Estrangeiros, que definia medidas rígidas de repressão às atividades políticas dos estrangeiros e atingia, particularmente, o chamado clero progressista, pois 5.044 dos 12.664 padres em atividade no Brasil eram originários de outros países, especialmente da Itália.

O primeiro conflito entre o governo Figueiredo e a Igreja ocorreu em Ribeirão (PE). O padre Vito Miracapillo recusou-se a celebrar missa comemorativa da data de 7 de setembro e foi expulso do país por decreto presidencial em outubro de 1980. A medida foi temporariamente sustada por uma liminar concedida pelo ministro Djaci Falcão, do Supremo Tribunal Federal (STF), mas em 30 de novembro o próprio STF, por 11 votos a zero, assegurou a validade legal do processo de expulsão, de modo que o padre Vito não

teve outra opção senão deixar o país.

Em julho de 1981 o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, manteve entendimentos com o presidente e o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter e dom Luciano Mendes de Almeida, ficando decidido que os padres e ministros leigos estrangeiros teriam registro provisório, renovável, com direito a permanência.

O Fim do Regime Militar

Em abril de 1983, o deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, apresentou na Câmara uma proposta de emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para a presidência da República em novembro de 1984, prática extinta em outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº 2, editado pelo marechal Castelo Branco. Embora inicialmente não tenha tido muita repercussão na Câmara, a emenda Dante de Oliveira, como ficou conhecida, começou a mobilizar a opinião pública e as lideranças parlamentares de oposição, produzindo também grande impacto no seio do partido governista, onde crescia o descontentamento com o governo Figueiredo. A partir de então, começou a ganhar corpo a proposta de estabelecimento de um pacto político entre as correntes oposicionistas e os descontentes do PDS comprometidos com a retomada da legalidade com vistas a lançar um candidato de consenso à presidência da República, em pleito direto a ser realizado em novembro de 1984.

De janeiro a abril de 1984, os comícios em favor das eleições diretas em todos os níveis reuniram multidões surpreendentes nas praças das capitais e principais cidades — no conjunto, mais de 30 milhões de brasileiros, segundo estimativa de seus articuladores —, convertendo-se em um movimento nacional de rejeição à continuidade do arbítrio. Como forma de pressão, a campanha fez instalar enormes placares com o nome de cada congressista, em pontos-chave das principais cidades, para anotar seu voto.

A emenda Dante de Oliveira foi votada na Câmara em 25 de abril de 1984, em sessão que durou 16 horas. Assim, 298 congressistas votaram a favor, 65 contra e três se abstiveram, faltando, portanto, apenas 22 votos favoráveis para que fosse atingido o total de 320 — 2/3 da composição da Câmara — necessário à aprovação da emenda, condição prévia para envio ao Senado.

Prevalecendo a opção indireta para a escolha do sucessor de Figueiredo em 1985, quatro candidatos — que já vinham se mobilizando desde 1983 — se apresentaram para disputar a indicação pelo PDS: o vice-presidente Aureliano Chaves, o senador por Pernambuco Marco Maciel, Mário Andreazza, ministro do Interior, e o deputado Paulo Maluf (SP). Para resolver o impasse, o presidente do partido, o senador maranhense José Sarney, com o apoio de Figueiredo, propôs em junho a realização de eleições prévias entre todos os filiados que ocupassem postos eletivos ou cargos em diretórios, de modo a se definir um candidato de consenso a ser levado à convenção partidária marcada para setembro. Contudo, a recusa de Maluf a participar desse tipo de consulta, que considerou um casuísmo de seus adversários para deter sua candidatura, levou Figueiredo a retirar seu apoio à proposta. Tal recuo permitiu a Maluf arregimentar forças para derrotar a proposta de realização de prévias na reunião do diretório nacional convocada justamente para planejar a sua realização. O episódio culminaria com a renúncia de Sarney da presidência do PDS, concretizando a ruptura da unidade da agremiação governista.

Nesse momento, Figueiredo não apoiava ninguém, principalmente seu vice-presidente, com quem se indispusera. E ainda tinha a tese de Brizola, de extensão do mandato por mais dois anos, que voltava ao debate político, com o apoio dos ministros militares e de um setor do PDS.

Apesar dos esforços de Figueiredo, que passou a incluir a presença de Maluf —

escolhido em convenção do PDS em agosto de 1984, quando derrotou Mário Andreazza — em atos oficiais do governo federal, numa tentativa de vencer as resistências que ainda persistiam no partido e em setores importantes do regime contra o ex-governador paulista, o candidato oficial não parecia capaz de se afirmar como uma real opção para o governo.

Boatos foram disseminados em Brasília sugerindo que um poderoso setor das forças armadas ameaçava intervir no processo eleitoral, objetivando estender o mandato de Figueiredo. Com as sucessivas declarações militares e a decisão de Figueiredo de retirar Newton Cruz da chefia do Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar, os ânimos começaram a serenar. O incêndio de parte do escritório da Aliança Democrática em Brasília, em 26 de novembro, porém, novamente veio abalar a confiança da opinião pública quanto ao destino da abertura. Foi, porém, com o pronunciamento do presidente em 5 de dezembro, perante mais de 70 oficiais-generais das três forças, que o meio político e os diversos segmentos da sociedade interessados na consolidação do processo democrático tiveram a certeza de que a sucessão presidencial chegaria a seu desfecho sem os tropeços do veto militar. Estabelecendo íntima conexão entre a lealdade individual aos poderes do Estado e a coexistência democrática dos agrupamentos sociais diversificados, Figueiredo conclamava a oficialidade: *“Na disputa pelo poder, pela hegemonia econômica ou social, dentro dos limites da sã convivência, os homens reforçarão os laços que viabilizam a sociedade, fortalecerão sua personalidade e consolidarão seus valores.”*

Em 15 de janeiro, os membros do Colégio Eleitoral deram 480 votos a Tancredo Neves e apenas 180 a Paulo Maluf, tendo sido registradas 17 abstenções e nove ausências.

Figueiredo proferiu, durante uma entrevista para a TV Manchete ainda em janeiro, uma frase que simbolizaria o seu desgosto com a vida pública. Quando o entrevistador pediu-lhe para dirigir algumas palavras “ao brasileiro médio, do povo, povão”, o presidente respondeu: *“Bom, o povo, o povão que poderá me escutar será talvez os 70% dos brasileiros que estão apoiando o Tancredo. Então desejo que eles tenham razão, que o doutor Tancredo consiga fazer um bom governo para eles. E que eles tenham consigo o doutor Tancredo, e que ele dê a eles o que não consegui. E desejo felicidades a eles. E que me esqueçam. Aliás, pedi isso desde o começo, se lembra?”* Dias depois, em outra entrevista, declarou que tinha sido mal interpretado e que pedira que a imprensa o esquecesse.

Tancredo, que vinha sentindo fortes dores abdominais desde o início de março, teve que se internar na véspera da posse, marcada para 15 de março, com uma crise de diverticulite, que gera um quadro agudo, provocando dores semelhantes às crises de apendicite. Depois de uma série de complicações orgânicas e de se submeter a sete intervenções cirúrgicas, faleceria em 21 de abril de 1985.

A solução para o problema criado pelo impedimento de Tancredo foi objeto de considerações jurídico-políticas. Alguns ministros resistiram à passagem da faixa presidencial e Figueiredo, rompido com Sarney, chegou a pensar em entregar o governo ao presidente do STF, caso não se chegasse a uma conclusão sobre quem deveria ser empossado. Circularam notícias de que o chefe da Casa Civil do governo, Leitão de Abreu, emitira parecer sustentando a tese de que o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, deveria assumir como presidente da República em exercício. Essa tese seria apoiada por setores do PMDB, mas não pelo PFL. Na véspera da posse, contudo, uma reunião entre Leitão de Abreu e líderes políticos teria deliberado que Sarney assumiria interinamente a presidência.

Com a saída de Figueiredo da presidência, encerrava-se, assim, tanto o processo de abertura “lenta, gradual e segura” iniciado por Geisel quanto, oficialmente, o período de 21 anos de regime militar.

* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>